



▲ **ÍNDIOS** - Maior desafio, nas aldeias, é formar educadores não-leigos e regularizar escolas

Poucos colégios adotam os currículos adaptados

TATIANA FERREIRA ■ Da Editoria de Atualidades

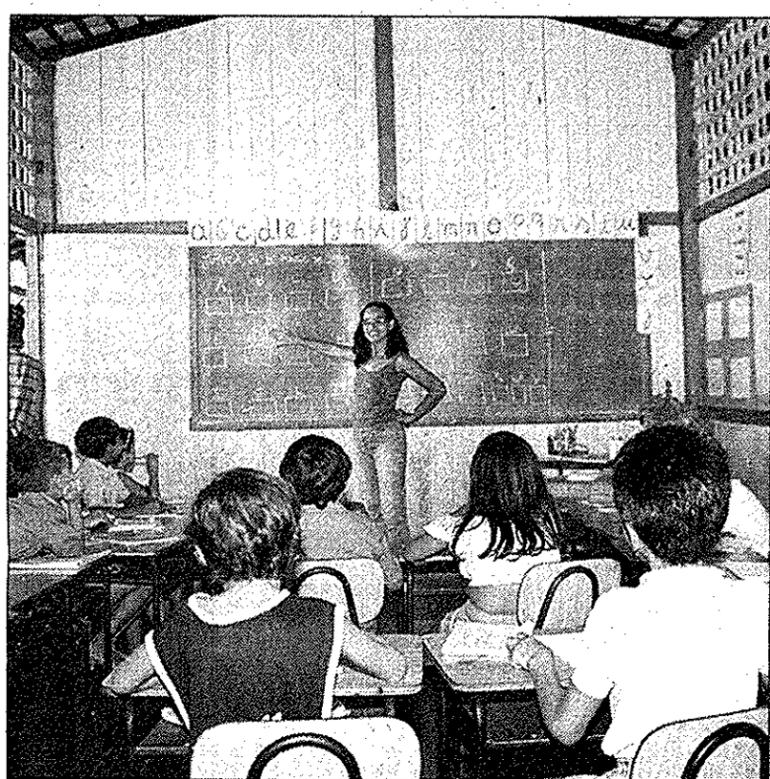
Cidadania, meio ambiente, sexualidade e trânsito. Temas presentes no dia-a-dia de qualquer cidadão agora também podem fazer parte das aulas do ensino fundamental e médio. Com a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, as Diretrizes e os Parâmetros Curriculares Nacionais, os educadores ganharam mais liberdade para adaptar o ensino à formação completa do aluno. No entanto, até agora poucas escolas começaram a desenvolver atividades incluindo os conteúdos alternativos.

A escola de ensino fundamental e médio Dom Pedro I, que funciona no conjunto Marex (bairro de Val-de-Cães), é uma das poucas que começaram a desenvolver atividades voltadas para a educação ambiental antes mesmo da criação dos Parâmetros Curriculares Nacionais. Com a utilização de exercícios interdisciplinares simples, alguns professores do colégio estão conseguindo ensinar as matérias que são obrigatórias e, ao mesmo tempo, conscientizar os estudantes.

"Numa aula de matemática os alunos plantaram canteiros com formas de figuras geométricas. Na aula de educação artística eles pintaram o muro da escola com temas voltados para o meio ambiente. Até os pichadores, que muitas vezes são da própria comunidade, respeitaram o trabalho e ele está conservado até hoje", conta a coordenadora de programas do Dom Pedro I, Socorro Couto.

Além de manter a escola limpa, as atividades implantadas no colégio procuram valorizar o fator humano, "muitas vezes esquecido quando se trata do meio ambiente. Os alunos começaram a se preocupar com a limpeza da escola e com a valorização do trabalho dos serventes. Alguns já ajudaram na pintura das salas de aula. Queremos ampliar a iniciativa, mas também dependemos dos recursos", lembra a coordenadora.

As Diretrizes Curriculares Nacionais, criadas pelo Conselho Nacional de Educação em 98, são o conjunto de definições sobre princípios, fundamentos e procedimentos da educação



▲ **PREPARO** - Na sala de aula, ênfase para cidadania e ética

básica criados para orientar a organização, articulação, desenvolvimento e avaliação de propostas pedagógicas. Na prática, o objetivo é adequar o ensino à realidade do estudante.

"Pode haver uma criança que trabalhe na feira e saiba calcular o troco perfeitamente. No entanto, ela não se dá bem em matemática. Por isso, dizemos que é preciso trazer a realidade do aluno para a escola. Alguns conteúdos que existem hoje não vão servir para nada, mas é fácil ensinar porcentagem com os exemplos dos descontos do comércio, que sempre estarão presentes...", sugere o chefe da Divisão de Currículo do Ensino Fundamental da Secretaria Executiva de Educação (Seduc), Rosemiro dos Anjos Pereira.

Quando ao Ensino Médio, as Diretrizes Curriculares também pretendem "vincular a educação com o mundo do trabalho e a prática social, consolidando a preparação para o exercício da cidadania e propiciando preparação básica para o trabalho" (Resolução do Conselho Nacio-

nal de Educação Nº 3, de 26 de junho de 98).

A partida para as recentes mudanças das grades curriculares das escolas também foi dada pela LDB e pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Nos PCNs, que foram distribuídos aos professores no início do ano, sugere-se a utilização de "temas transversais", aqueles que podem integrados aos conteúdos de várias disciplinas. Para o Ensino Fundamental os temas são ética, saúde, meio ambiente, orientação sexual, pluralidade cultural e trabalho e consumo.

"No ensino médio, os currículos das escolas paraenses devem conter a base comum nacional e 25% de assuntos diversificados, como ecologia, literatura, informática aplicada ao ensino, segurança e higiene do trabalho e direito e legislação. A escola não pode dar ênfase à informática se não tiver computador, mas tem maior liberdade para adaptar o ensino às necessidades locais", explica Jaime Ramos, da Diretoria do Ensino Médio.

Objetivo é formar consciência crítica

A criação de disciplinas específicas para levar às escolas educação sexual, educação para o trânsito, meio ambiente, direitos humanos e outros conteúdos considerados importantes no processo de formação completa do aluno tornou-se uma discussão freqüente com as recentes mudanças curriculares. No entanto, vários educadores observam que isso só faria aumentar a extensão do currículo.

"Criar mais disciplinas não resolveria os problemas. As questões ambientais e mesmo as do trânsito podem ser trabalhadas dentro de

várias matérias e isso ficou bem claro com os conteúdos transversais. O assunto ética, por exemplo, pode ser aplicado em todas as áreas e é fundamental. O importante é formar um aluno com visão crítica", avalia o chefe da Divisão de Currículo da Seduc.

Segundo Rosemiro, que trabalha na Seduc há 28 anos, a dificuldade de adaptação das escolas aos novos parâmetros acontece principalmente na área rural. "Os currículos não funcionam mais como uma escadinha que os professores estavam acostumados a seguir. Agora eles

mesmos têm que procurar o caminho para responder às necessidades dos alunos. Por isso, recebemos muitos pedidos de oficinas. A mudança cultural é a mais difícil de se realizar", observa.

Um dos projetos que têm como objetivo ajudar as escolas neste sentido está sendo executado pelo setor de meio ambiente da Seduc. O setor está oferecendo curso de capacitação em educação ambiental para professores de várias escolas da capital. Dessa forma, elas poderão integrar noções básicas sobre o tema nas disciplinas do ensino fundamental.

Aldeias carecem de professor formado

A educação indígena também não ficou de fora dos parâmetros curriculares. Nesse caso existe uma estrutura curricular comum e assuntos diferenciados que podem ser vistos de acordo com os interesses das nações. "Também estamos fazendo um trabalho para regularizar as escolas indígenas junto ao Conselho Estadual de Educação e formar os professores índios, que na maioria dos casos são leigos", explica Regina Julião, técnica da seção de educação indígena da Seduc.

A seção de educação indígena foi criada em 1995, mas o trabalho da

secretaria nas aldeias começou bem antes. Hoje, os seis técnicos da seção especial passam grande parte do tempo viajando por todo o Estado para colocar em prática projetos de capacitação e formação de professores índios e não índios e acabar com uma estatística que comprova a desigualdade do acesso à educação: o Pará tem 69 professores índios atuando nas aldeias sem formação. Apenas um professor índio conseguiu concluir o magistério.

Para direcionar o trabalho realizado nas aldeias os técnicos da Seduc lançaram uma primeira publi-

cação bilingue. O livro "Conhecendo Nosso Povo" tem textos em português e parkatêjê, língua da tribo de mesmo nome que se localiza no município de Bom Jesus do Tocantins. O próximo livro será lançado no mês de outubro.

Os dois pólos onde o ensino indígena se encontra mais avançado no Pará são as aldeias Munduruku, em Jacareacanga, e Wai-Wai, de Oriximiná. O pólo conta com uma escola de quinta a oitava série do ensino fundamental e 42 professores. Já o segundo tem 25 professores atuando na educação.